



**A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE NA GESTÃO FINANCEIRA EM
EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**THE IMPORTANCE OF ACCOUNTING IN FINANCIAL MANAGEMENT IN
SMALL COMPANIES**

Flavio Fernandez da Silva

Jeremias Moraes Gomes

Matheus Amancio da Silva Barros

Pedro Henrique Fontes Caetano

Victor Gabriel Alves de Carballo Nunez

Graduandos em Ciências Contábeis pela Unievangélica-GO

Daniel Ferreira Hassel Mendes

Especialista em Análise e Auditoria Contábil pela PUG Goiás

1. Flavio - Bacharelado no curso de Ciências Contábeis pelo Centro Universitário de Anápolis (UniEvangélica) -Brasil- Email: financeiroflavio10@hotmail.com
2. Jeremias Moraes Gomes - Bacharelado no curso de Ciências Contábeis pelo Centro Universitário de Anápolis (UniEvangélica) -Brasil- Email:
3. Matheus Amancio - Bacharelado no curso de Ciências Contábeis pelo Centro Universitário de Anápolis (UniEvangélica) -Brasil- Email:
4. Pedro Henrique Fontes Caetano - Bacharelado no curso de Ciências Contábeis pelo Centro Universitário de Anápolis (UniEvangélica) -Brasil- Email:pedrocaetanocontato@gmail.com
5. Victor - Bacharelado no curso de Ciências Contábeis pelo Centro Universitário de Anápolis (UniEvangélica) -Brasil- Email: victorgacn@gmail.com
6. Daniel Ferreira Hassel Mendes- Professor do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário de Anápolis (UniEvangélica) -Brasil- Email:

Resumo:

Nesta pesquisa abordou-se um estudo sobre qual a importância da contabilidade na gestão financeira em empresas de pequeno porte. O problema em questão foi: qual a importância da contabilidade na gestão financeira em empresas de pequeno porte? E teve-se por objetivo geral evidenciar a importância da contabilidade na gestão financeira em empresas de pequeno porte. Além disso teve-se por objetivos específicos discorrer mais sobre Planejamento financeiro; Contabilidade financeira; Diminuição de gastos; Gestão financeira na tomada de decisões; Enquadramento tributário. Este trabalho justifica-se pôr a contabilidade ser fundamental na gestão financeira, a fim de melhorar os resultados e detalhar os processos para que a tomada de decisão se torne rápida e simples. Adotou-se a Metodologia de pesquisa Qualitativa do tipo Bibliográfica. Conclui-se com a pesquisa que a contabilidade e o financeiro devem andar lado a lado para que as informações venham ser registradas com fidedignidade e dessa forma os relatórios financeiros venham evidenciar a realidade da empresa.

Palavras chave: Contabilidade financeira, planejamento financeiro, controle de gastos, enquadramento tributário

Abstract:

This research addressed a study on the importance of accounting in financial management in small businesses. The problem at hand was: what is the importance of accounting in financial management in decision making; Tributary framework. This work is justified by the fact that accounting is fundamental in financial management, in order to improve results and detail the processes so that decision making becomes quick and simple. The Qualitative Research Methodology of the Bibliographic type was adopted. The research concludes that accounting and finance must go hand in hand so that information can be reliably recorded and, in this way, the financial reports show the reality of the company.

Key words: Financial accounting, financial planning, expenditure control, tax framework

1. INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa será abordado um estudo sobre qual a importância da contabilidade na gestão financeira em empresas de pequeno porte, as duas tem que andar lado a lado para que os resultados cheguem.

O financeiro está onde onde não pode obter erros, onde tudo é feito de forma minuciosa com o total de atenção sobre cada detalhe e para conferência sempre têm recibos e relatórios onde possa conferir cada lançamento e cada pagamento. Portanto nada é feito sem conferência e sem passar por um supervisor antes de ser finalizado.

A contabilidade chega pra apoiar e mostrar onde tem muitos gastos para a diminuição dos mesmos, mostrar onde ter maior atenção e fazer conferência de taxas que estão sendo cobradas e se todas estão de acordo com o combinado, permitir a otimização da melhoria dos resultados tanto no contas a receber e no contas a pagar.

Esta pesquisa tem como o tema um estudo sobre a importância da contabilidade na gestão financeira em empresas de pequeno porte.

O problema a ser abordado é: qual a importância da contabilidade na gestão financeira em empresas de pequeno porte?

Tem se por objetivo geral deste artigo evidenciar a importância da contabilidade na gestão financeira em empresas de pequeno porte. Além disso tem se por objetivos específicos discorrer mais sobre Planejamento financeiro; Contabilidade financeira; Diminuição de gastos; Gestão financeira na tomada de decisões; Enquadramento tributário.

Este trabalho justifica-se por a contabilidade ser fundamental na gestão financeira, afim de melhorar os resultados e detalhar os processos para que a tomada de decisão se torne rápida e simples.

Tem se por hipóteses diminuir os gastos, melhorar o controle, otimizar os resultados, e evidenciar as melhorias nas tomadas de decisões.

O referencial teórico está dividido em 5 subcapítulos, onde o primeiro contextualiza o planejamento financeiro, o segundo subcapítulo discorre sobre a definição de contabilidade financeira, o terceiro subcapítulo evidencia o que se deve fazer para a diminuição de gastos e o quarto subcapítulo fala sobre o financeiro na tomada de decisão e o quinto sobre enquadramento tributário.

Este trabalho justifica-se por a contabilidade ser fundamental na gestão financeira, afim de melhorar os resultados e detalhar os processos para que a tomada de decisão se torne rápida e simples.

A Metodologia adotada foi à pesquisa Qualitativa do tipo Bibliográfica.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Planejamento financeiro

Primeiramente é necessário compreender o significado dos termos planejamento e financeiro. Segundo o dicionário Michaelis (2009), planejamento é a determinação dos objetivos ou metas de um empreendimento, como também da coordenação de meios e recursos para atingi-los; também é entendido como a planificação de serviços e dos recursos para alcançá-los. Enquanto o termo financeiro é definido como o que trata de finanças, ou seja, relativo à circulação e gestão de dinheiro e de outros recursos líquidos.

Para Machado (2008, p. 13), a finalidade do planejamento financeiro pode ser entendida como:

“. Assessorar o cliente na tomada de decisão e propiciar uma gestão mais eficaz. Consiste na análise do desenvolvimento financeiro de projetos e empresas, concluindo o detalhamento da estrutura de receitas, custos e despesas. Compreende desenvolvimento de ferramentas de apoio tais como: planos orçamentários e modelo de precificação”

Gitman (2002, p. 588) também ensina que o planejamento financeiro “é um aspecto importante para o funcionamento e sustentação da empresa, pois fornece roteiro para dirigir, coordenar e controlar suas ações na consecução de seus objetivos”.

Segundo Weston (2000, p.342), “O planejamento financeiro envolve a realização de projeções de vendas, renda e ativos baseados em estratégias alternativas de produção e de marketing, seguidas pela decisão de como atender às necessidades financeiras previstas”.

De acordo com Lemes (2002, p.243)

“O planejamento financeiro direciona a empresa e estabelece o modo pelo qual os objetivos financeiros podem ser alcançados. Um plano financeiro é, portanto, uma declaração do que deve ser feito no futuro. Em sua maioria, as decisões numa empresa demoram bastante para serem implantadas. Numa situação de incerteza, isso exige que as decisões sejam analisadas com grande antecedência.”

Uma empresa tem como principal objetivo à criação e obtenção de valor, entretanto outros objetivos também estão implícitos dos quais se destaca, uma maior taxa de retorno do capital, participação do mercado, obtenção de recursos financeiros. Um bom planejamento financeiro é a forma de garantir que os objetivos e planos traçados em relação às áreas particulares de operação da empresa sejam viáveis e internamente coerentes. O planejamento financeiro ajuda a estipular metas, deixando os gestores motivados, oferecendo os mecanismos para avaliação dos resultados.

Segundo Ross (1998, p.82), “Planejamento Financeiro formaliza a maneira pelo qual os objetivos financeiros podem ser alcançados. Em visão mais sintetizada, um plano financeiro significa uma declaração do que a empresa deve realizar no futuro”. O planejamento dá a empresa subsídios, para que não seja surpreendida e possa ter uma alternativa já prevista, caso tenha que tomar uma decisão.

Segundo Weston (2000, p.342), “O planejamento financeiro envolve a realização de projeções de vendas, renda e ativos baseados em estratégias alternativas de produção e de marketing, seguidas pela decisão de como atender às necessidades financeiras previstas”.

Para Weston (2000, p.343), “O processo de planejamento financeiro começa com a especificação dos objetivos da empresa, após o que a administração divulga uma série de previsões e orçamentos para cada área significativa da empresa”.

Mediante a opinião dos autores que a expressão planejamento tem em seu significado literal o ato ou efeito de planejar; trabalho de preparação para qualquer empreendimento,

segundo roteiro e métodos determinados; planificação, processo que leva ao estabelecimento de um conjunto coordenado de ações (pelo governo, pela direção de uma empresa etc.) visando à consecução de determinados objetivos.

2.2 Contabilidade financeira

A contabilidade é uma ciência que tem como finalidade analisar e constatar as variações das riquezas patrimoniais e controlar os lançamentos financeiros. Deste modo a Contabilidade Financeira tem como objetivo a realização das rotinas e fluxos operacionais e financeiros e a interpretação das demonstrações financeiras e a elaboração de relatórios.

Segundo Padoveze (2014, p.119), a Contabilidade Financeira é definida em cinco características:

- a) vinculada aos Princípios Contábeis Geralmente Aceitos (Princípios Fundamentais de Contabilidade, como são chamados em nosso país);
- b) contabilidade utilizada para fins fiscais;
- c) contabilidade utilizada para fins societários e regulatórios (Lei das S.A., CVM, legislação comercial);
- d) base de escrituração de dados passados;
- e) controle a posterior.

Segundo Eldenburg e Wolcott (2007), a contabilidade financeira "é o processo que trata da preparação e do fornecimento das informações financeiras que os tomadores de decisão externos à empresa - como os acionistas e os credores - utilizam com bastante frequência".

Stair e Reynolds (2011), entendem que a contabilidade financeira "consiste em captar e registrar todas as transações que afetam o estado financeiro de uma empresa e, depois, usar essas transações documentadas para preparar declarações financeiras para tomadores de decisões externos, como investidores, fornecedores, bancos e agências governamentais".

Para Sant'Anna (2012):

"A contabilidade financeira, ou geral, por ser uma ciência social, é universal. Obedece aos princípios e às convenções contábeis geralmente aceitos que, em muitos casos, são passíveis de adaptações em função do próprio ambiente interno (mercado e política econômica e financeira), de cada país. A forma e a falta de padronização de apresentação das informações de desempenho pela contabilidade financeira ou geral trazem dificuldades para os gestores (usuários internos) em suas análises e tomadas de decisões".

De acordo com Padoveze (2012), a contabilidade financeira "fornece informações objetivas, precisas e direcionadas por regras e princípios fundamentais da contabilidade e autoridades governamentais, em contraste com a gerencial que não é regulamentada, onde as

informações sofrem apenas as restrições determinadas pela administração, sendo subjetivas e menos precisas"

Segundo Atkinson et al (2000 p. 37), a contabilidade financeira “comunica aos agentes externos as consequências das decisões e das melhorias dos processos executadas por administradores e funcionários.

Os autores detêm a contabilidade financeira como informações assertivas utilizando indicadores financeiros e auxiliando no planejamento da contabilidade gerencial.

Conforme Meirelles (2019) Para que as informações financeiras venham a ser útil as suas aplicações, e necessário que as empresas venham seguir um conjunto de regras e procedimentos de reconhecimento, mensuração e evidenciação que privilegia a apresentação das demonstrações com base na essência econômica das operações. Desse modo as informações passam a transmitir uma veracidade apropriada em relação a situação econômica e financeira das empresas.

Descreve Meirelles (2019, p. 6) que:

No Brasil, desde 2010, o “padrão”, as “normas” ou os “princípios” da contabilidade financeira seguem a prática internacional comum a grande parte dos países: a chamada *International Financial Reporting Standards* (IFRS), ou simplesmente “padrões internacionais de contabilidade”. A entidade responsável pela coordenação e elaboração desses padrões contábeis em um patamar global é o *International Accounting Standard Board* (IASB), com sede em Londres (Inglaterra).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) ficou responsável por traduzir e eventualmente adaptar as normas aprovadas globalmente pela *International Accounting Standard Board* (IASB) aqui no Brasil.

Segundo Hiroshi, Botelho e Roberto (2021) Com a introdução das normas internacionais de contabilidade que tratava com quase de exclusividade para as grandes empresas, ocorreu em 2009 um grande marco para as pequenas e médias empresas (PMEs), onde as mesmas receberam um tratado separadamente aos demais pronunciamentos. Denominado como “Contabilidade Para Pequenas e Médias Empresas” ou simplesmente CPC PME, cuja sua aplicação começou a ser exigida a partir de 01.01.2010, que teve sua recente revisão (R1) em 2011.

O intuito desse tratado especial, foi em conduzir que essas empresas passam a evidenciar suas atividades operacionais e financeira de forma mais competente, onde as mesmas produziam demonstrações contábeis apenas para uso de seus proprietários e gestores. A partir de então as informações financeiras das pequenas e médias empresas (PMEs) passaram a ser estudadas.

2.3 Diminuição de gastos

Segundo NOVAES (2009, p. 154). “O conceito de gasto está ligado ao desembolso de certa quantia de dinheiro, destinado a pagar determinado produto ou serviço, mesmo que elas sejam entregues ou realizadas posteriormente.”

Assim sendo, são sacrifícios financeiros com os quais a empresa tem que arcar a fim de atingir objetivos, como a obtenção de um produto, bem ou serviço qualquer. Ou seja, é a compra de produtos e serviços feita por uma entidade, que gerará sacrifícios financeiros.

Segundo Martins (2008, p. 24), “gasto – compra de um produto ou serviço qualquer, que gera sacrifício financeiro para a entidade (desembolso), sacrifício esse representado por entrega ou promessa de entrega de ativos (normalmente dinheiro)”.

Toledo (2010) menciona que uma atitude para o dinheiro valer mais é prestar o máximo de atenção aos pequenos gastos.

Mais do que uma tática empresarial, o controle de gastos é uma ferramenta para ajudar gestores a potencializarem o negócio. Diante disso quando o empreendedor toma decisões acertadas em relação à gestão dos gastos, a empresa poderá ter muitas vantagens, como, aumento da rentabilidade, mais produtividade, crescimento econômico, competitividade no mercado e acima de tudo, disponibilidade de capital.

Martins (2003, p. 17) classifica da seguinte forma:

É um conceito extremamente amplo e que se aplica a todos os bens e serviços adquiridos; assim, temos gastos com a compra de matérias primas, gastos com mão de obra, tanto na produção como na distribuição, gastos com honorários da diretoria, gastos na compra de imobilizado, etc. Só existe gasto no ato da passagem para a propriedade da empresa do bem ou serviço, ou seja, no momento em que existe o reconhecimento contábil da dívida assumida ou da redução do ativo dado em pagamento.

Logo, a redução de gastos deve ser uma prioridade constante para as empresas, ainda mais em uma situação de crise. É evidente que as empresas precisam identificar seus custos para poder controlá-los corretamente, com o objetivo de comparar o realizado com o projetado e analisar as diferenças, identificando as causas e tomando decisões para eliminar ou reduzir as diferenças.

Segundo Cerbasi (2004, p. 73):

O primeiro passo para a independência financeira é gastar menos do que se ganha, controlando o orçamento doméstico. A seguir, traçar um plano que defina quanto poupar por mês, e durante quanto tempo, para chegar à renda que vocês pretendem ter na aposentadoria. Se, além disso, conseguirem fazer sobrar mais do que precisam para cumprir as metas do plano, no final do mês haverá dinheiro sobrando na conta.

Se o mercado se torna mais competitivo a cada dia, sua única opção é transformar as práticas de como reduzir gastos na empresa em uma rotina. A empresa precisa de atitudes conscientes no sentido de gerar mais valor com menos recursos. Nem sempre isso é fácil, mas após se transformar em cultura, passa a ser algo natural.

Segundo TOLEDO, (2010, P.46)

Em todos esses casos, agimos com a emoção e não com a razão para fazer nossas escolhas de consumo. Compramos por um impulso emocional, distanciados da razão, e não questionamos se o que estamos comprando é útil, se é necessário, se nos serve ou mesmo se poderemos pagar. Nada disso passa pela nossa mente. Apenas queremos sentir o prazer de nos compensarmos ou de recompensar os outros.

Saber gerenciar e usar de forma estratégica os custos revelam a compressão de muitos fatores dentro de uma organização. A partir de um bom gerenciamento a organização vem a ter maior controle de seus gastos e de onde pode investir, eliminar desperdícios, entre outras ações. Para isso, renegocie com fornecedores, busque o melhor custo, economize no consumo de contas fixas, variáveis e arbitrárias, padronize os processos. Assim o sucesso chegará.

2.4 Gestão Financeira na tomada de decisões

Segundo Almeida et al, apud (2010 p. 7)

“A arte de tomar decisões é fundamental na área da Administração das organizações. Segundo Chiavenato (2004, p. 254) tomar decisões é identificar e selecionar um curso de ação para lidar com um problema específico ou extrair vantagens em uma oportunidade”.

Tomar decisão vai além de um simples veto ou aprovação, é necessário que o tomador de decisão tenha conhecimento suficiente de todos dos processos que resultam o acontecimento em questão.

Para Padoveze (2012 p. 30), “o processo da tomada de decisão consiste em três grandes etapas: o exame ou análise do problema, o desenvolvimento ou desenho de curso de ação e a implementação da decisão”.

Padoveze (2012 p. 31)

“o modelo de decisão deve ser significativo para o tomador de decisão a atender ao seu processo lógico e específico para cada natureza do evento ou problema a ser resolvido”. Todas as decisões realizadas em uma empresa por seus gestores refletem nos ambientes internos e externos ligados à organização, o processo decisório não restringe apenas aos limites da empresa, pois também está ligado aos investidores, aos fornecedores de bens e serviços a crédito, aos bancos, ao governo etc.”.

Assaf Neto e Silva (2002, p.39) afirmam que:

“Contextos econômicos modernos de concorrência de mercado exigem das empresas maior eficiência na gestão financeira de seus recursos, não cabendo indecisões sobre o que fazer com eles. Sabidamente, uma boa gestão dos recursos financeiros reduz substancialmente a necessidade de capital de giro, promovendo maiores lucros pela redução principalmente das despesas financeiras. Em verdade, a atividade financeira de uma empresa requer acompanhamento permanente de seus resultados, de maneira a avaliar seu desempenho, bem como proceder aos ajustes e correções necessários. O objetivo básico da função financeira é prover a empresa de recursos de caixa suficientes de modo a respeitar os vários compromissos assumidos e promover a maximização da riqueza”.

A tomada de decisão envolve uma parte muito importante que é a gestão estratégica, pois, bem se sabe que toda e qualquer decisão desencadeia um conflito de escolhas, as quais possuem consequências das ações. Isto lhe permite influenciar os gestores das diversas áreas da empresa e os da alta administração no momento da tomada de decisão, buscando a eficácia empresarial.

Em termos de conceito, a informação financeira pode ser considerada um elemento-chave no desenvolvimento da atividade contábil de uma empresa, ou seja, o resultado da preparação das demonstrações financeiras. O objetivo da informação financeira é apoiar o processo de tomada de decisão e como uma resposta para atender a certas necessidades dos gestores e partes interessadas da empresa (Bezerra, 2012; Santos, 2014).

Na perspectiva dos gestores, as informações financeiras é uma das ferramentas mais importantes no apoio ao gestor (Hall, 2010). Essa correlação ocorre porque as informações financeiras desempenham um papel orientador no processo de tomada de decisão, melhorando assim a segurança e reduzindo a incerteza, o que refletirá o desempenho positivo da empresa. (Mukhametzyanov & Nugaev, 2016).

Segundo Mações (2017), as decisões podem ser de tipo estratégico, operacional ou tático. As decisões de tipo estratégico são tomadas por gerentes seniores que pretendem planejar o desenvolvimento da empresa em longo prazo para que as metas estabelecidas pela empresa sejam bem-sucedidas.

As decisões operacionais são tomadas pelos gestores da linha de frente, que podem ser de curto prazo ou diárias, pois pretendem reagir à situação imediata. Por sua vez, a tomada de

decisão tática refere-se às decisões estruturais e de gestão de recursos tomadas por vários departamentos no curto prazo.

2.5 Enquadramento tributário

Nos dias de hoje, está cada vez mais difícil de manter uma empresa, visto que apenas paixão pelo negócio já não é o suficiente para que possa continuar com as portas abertas. É necessário que seja financeiramente viável, pois, assim como mostra Saraiva (2020) a maioria das empresas no Brasil não duram uma década, e 1 a cada 5 fecham após o primeiro ano.

Com base nisso, é aconselhável que a empresa adote um sistema tributário adequado, para que não haja gastos desnecessários, nem problemas futuros com a Receita Federal. E como explica a Redação Cobre Fácil (2021) o Enquadramento tributário é um conjunto de normas estipuladas para pessoas físicas e jurídicas a fim de especificar a maneira como os impostos serão pagos ao governo.

Levando em conta o porte e o rendimento da empresa, são três opções de regimes tributários existentes no Brasil, o Simples Nacional, o Lucro Real e o Lucro Presumido.

O Simples Nacional, voltado para micro e pequenas empresas, foi criado pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que surgiu com o objetivo de reduzir a burocracia e os custos de pequenos empresários, criando um sistema unificado de recolhimento de tributos, simplificando declarações, dentre outras finalidades (GULARTE, 2021).

Algumas características do Simples Nacional estão na unificação do recolhimento dos impostos e contribuições federais, estaduais e municipais através do documento único de arrecadação (DAS); ser facultativo; Prazo para pagamento do DAS até o dia 20 do mês subsequente àquele que houver sido auferida a receita bruta.

Existem algumas exigências necessárias para que a empresa possa se enquadrar no Simples Nacional, e as duas principais é que deve ser uma Microempresa onde o faturamento dos últimos 12 meses não ultrapasse 360 mil reais, ou de Pequeno Porte, que o faturamento nos últimos 12 meses fique entre 360 mil reais e 4,8 milhões de reais.

Também há outras condições a serem seguidas, como, não possuir outra empresa no quadro societário; o CNPJ da empresa não pode ter parte do Capital Social de outra empresa; os sócios não podem ter faturamento superior a 4,8 milhões de reais somados, caso tenham outras empresas; não pode ser uma sociedade por ações; não pode ter sócios que não morem no

Brasil; não pode haver nenhum débito com a Receita federal, Estadual, Municipal ou com a previdência (CONTABILIZEI, 2021).

No Lucro Real, como o próprio nome diz, tem seus tributos calculados pelo real lucro que a empresa obteve (receitas – despesas), sendo assim, possui uma tributação mais justa, visto que varia de acordo com o rendimento apresentado, podendo aumentar ou diminuir conforme os rendimentos.

Outras vantagens é que possui compensação de prejuízos fiscais; é possível aproveitar créditos do PIS e do COFINS; opção de apurar os lucros trimestralmente ou anualmente; quando apresentar prejuízo fiscal, não há obrigatoriedade de pagar tributos sobre o lucro (LEITE, 2019).

Para o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, é calculado com base no lucro líquido da empresa e a alíquota sobre o lucro real é de 15% para empresas que apresentam até 20 mil reais de lucro mensal. E para os negócios que excedem esse valor, a alíquota é 15% sobre o lucro mais 10% sobre o valor que excede 20 mil reais (LEITE, 2019).

As empresas onde o faturamento, no período de apuração, ultrapassar 78 milhões de reais, é obrigada a fazer parte do Lucro Real, além delas, empresas do setor financeiro, com capital de origem estrangeira, empresas de factoring (atividades de compras de direitos de crédito como resultado de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços) e empresas com benefícios fiscais como redução ou isenção de seus impostos (CONTABILIZEI, 2021)

E o Lucro Presumido, que, tirando o Simples Nacional, é o regime mais utilizado no Brasil, pois tem, em comparação ao Lucro Real, tem uma maior facilidade para calcular os impostos e gerir a parte financeira, já que tem alíquotas fixas, e que não gera tantos cálculos na hora de elaborar o recolhimento de impostos (OSAYK, s/d).

As alíquotas no lucro presumido são de 1,6% revenda de combustíveis; 8,0% como regra geral; 16,0% para serviços de transporte que não seja de carga; 32,0% para prestação de serviços em geral, intermediação de negócios e administração, locação ou cessão de bens, imóveis ou direitos (ENDEAVOR, 2015).

Com base nisso, para empresas de pequeno porte, é aconselhável o regime do Simples Nacional pois assim, de modo geral, há uma simplificação do trabalho e uma redução no tempo que seria gasto para a realização do recolhimento dos tributos, visto que com o DAS, em um único documento, está integrado todos os tributos federais, estaduais e municipais.

3. Metodologia

Entende-se Metodologia como o estudo do método para se buscar determinado conhecimento. Demo (2003, p. 19) diz que Metodologia “(...) é uma preocupação instrumental. Trata das formas de se fazer ciência. Cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos”.

Problematiza-se que metodologia é a investigação de ideologias que propõem á análise acerca de vários problemas.

Nesta direção, Bourdieu (1997) observa que:

É preciso escapar a alternativa da “ciência pura”, totalmente livre de qualquer necessidade social, e da “ciência escrava”, sujeita a todas as demandas político-econômicas. O mundo científico é um mundo social, e como tal faz imposições, solicitações etc. que são, no entanto, relativamente independentes das pressões do mundo social global que o envolve. (BOURDIEU, 1997, p. 21).

Para Gil (2007, p. 44), “os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa são sobre investigações sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema”.

A metodologia, de um modo geral, está norteadada por duas vertentes, métodos qualitativos e métodos quantitativos. Tanto os qualitativos quanto os quantitativos devem ser delineados em ordem de alcançar os objetivos propostos, produzindo resultados que podem confirmar ou negar as hipóteses lançadas.

3.1 Pesquisa Qualitativa

Segundo Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem.

Seguindo essa linha de raciocínio, Vieira e Zouain (2005) afirmam que a pesquisa qualitativa atribui importância fundamental aos depoimentos dos atores sociais envolvidos, aos discursos e aos significados transmitidos por eles.

Nesse sentido, esse tipo de pesquisa preza pela descrição detalhada dos fenômenos e dos elementos que o envolvem.

Godoy (2005) destaca alguns pontos fundamentais para se ter uma boa pesquisa qualitativa, tais como:

“credibilidade, no sentido de validade interna, ou seja, apresentar resultados dignos de confiança; não se tratando de generalização, mas no sentido de realizar uma descrição densa do fenômeno que permita ao leitor imaginar o estudo em outro contexto; pesquisador; confirmabilidade, que envolve avaliar se os resultados estão coerentes com os dados coletados; explicitação cuidadosa da metodologia, detalhando minuciosamente como a pesquisa foi realizada e, por fim, relevância das questões de pesquisa, em relação a estudos anteriores”.

Ressalta-se como pesquisa qualitativa tendo caráter exploratório, estimulando os entrevistados a pensarem livremente sobre algum tema, objeto ou conceito. Tendo por objetivo a produção de informações.

Utilizou-se da metodologia de pesquisa qualitativa no presente artigo, onde foi feita uma entrevista com a gestão tal a cerca da importância da contabilidade na gestão financeira da empresa.

3.2 Pesquisa Bibliográfica

Para Gil (2002, p. 17) “A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não pode ser adequadamente relacionada ao problema”.

Para Andrade (2010, p. 25):

A pesquisa bibliográfica é habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Uma pesquisa de laboratório ou de campo implica, necessariamente, a pesquisa bibliográfica preliminar. Seminários, painéis, debates, resumos críticos, monográficas não dispensam a pesquisa bibliográfica. Ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões. Portanto, se é verdade que nem todos os alunos realizarão pesquisas de laboratório ou de campo, não é menos verdadeiro que todos, sem exceção, para elaborar os diversos trabalhos solicitados, deverão empreender pesquisas bibliográficas (ANDRADE, 2010, p. 25).

A pesquisa bibliográfica é o levantamento ou revisão de obras publicadas sobre a teoria que irá direcionar o trabalho científico o que necessita uma dedicação, estudo e análise pelo pesquisador que irá executar o trabalho científico e tem como objetivo reunir e analisar textos publicados, para apoiar o trabalho científico. Para Gil (2002, p. 44), a pesquisa bibliográfica “É desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

De acordo com Boccato (2006), a pesquisa bibliográfica busca o levantamento e análise crítica dos documentos publicados sobre o tema a ser pesquisado com intuito de atualizar, desenvolver o conhecimento e contribuir com a realização da pesquisa. Com a temática definida e delimitada, o pesquisador terá que trilhar caminhos para desenvolvê-la.

Conclui-se por pesquisa bibliográfica todo levantamento feito através de referências já prontas proporcionando ao pesquisador o conhecimento relacionado ao tema abordado.

No presente artigo utilizou-se da pesquisa bibliográfica o referencial teórico do mesmo, onde foi abordado os seguintes tópicos planejamento financeiro, contabilidade financeira, diminuição de gastos, gestão financeira na tomada de decisões, enquadramento tributário.

3.3 Estudo de Caso

Realizou-se no presente artigo um estudo de caso em um grupo econômico formado por três empresas área de construção civil, que iniciaram suas atividades nos anos de 2002, 2007 e 2014.

Na data de 22 de novembro de 2021 foi realizado uma pesquisa qualitativa (Anexo 1) com o proprietário deste grupo econômico, onde, com base nas perguntas que fizemos, nos relatou suas experiências adquiridas durante todos esses anos.

Quando questionado sobre como as informações contábeis tem contribuído para o planejamento financeiro de sua Empresa, o responsável pela área relatou que as informações contábeis claras e bem apresentadas ajudam nas tomadas de decisões e no planejamento financeiro.

Isso vai de encontro com o que Eldenburg e Wolcott (2007) diz, que a contabilidade financeira "é o processo que trata da preparação e do fornecimento das informações financeiras que os tomadores de decisão externos à empresa - como os acionistas e os credores - utilizam com bastante frequência".

Ao ser abordado se a contabilidade pode impactar na gestão e planejamento financeiro da empresa, o responsável nos disse que sim, pois as informações acuradas são determinantes no estudo do planejamento e conseqüentemente na tomada de decisões.

E assim como disse Segundo Atkinson et al (2000 p. 37), a contabilidade financeira "comunica aos agentes externos as conseqüências das decisões e das melhorias dos processos executadas por administradores e funcionários.

Em nosso próximo questionamento, decidimos saber como na visão dele a qualidade da gestão financeira pode impactar na tomada de decisões, onde nos disse que A gestão financeira determina o sucesso da empresa, dessa forma uma boa gestão financeira facilita a tomada de decisões.

O que pode ser observado no que diz (falta um autor para complementar a afirmação da resposta anterior)

Sabemos que o controle de gastos é uma ferramenta crucial para ajudar gestores a potencializarem seus negócios. Sendo assim, perguntamos quais as ações e métodos utilizados pela empresa para que ela tenha um resultado positivo. A resposta obtida foi a concordância em que a gestão de controle de gastos é sem dúvidas a parte mais sensível da empresa. Onde se tem muitas variáveis a serem analisadas e controladas como por exemplo a Gestão de projetos - Revisão dos projetos contratados para saber se o que foi contratado está de acordo com o escopo da obra; Cronograma – Verificar se o cronograma está compatível com o projeto, se os fatores climáticos podem comprometer o prazo; Gestão de Pessoal – Verificar o organograma está compatível com projeto e prazo, acompanhamento de metas de desempenho e horas extras; Gestão de materiais – Garantir boas negociações com fornecedores e evitar desperdícios.

E por fim, quando perguntado sobre como é feito o planejamento tributário da empresa, nos respondeu que anualmente é analisado a situação tributária da empresa para a tomada de decisões do ano seguinte.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSAF NETO 2002, p. 32. Planejamento financeiro como ferramenta na tomada de decisão. Disponível em: <http://www.unisalesiano.edu.br/biblioteca/monografias/61032.pdf>. Acesso em: 30 de maio de 2021.

BEZERRA, De. (2012). Um estudo sobre a percepção de gestores de médias empresas da região metropolitana de Recife sobre a utilização e importância das informações contábeis no processo de tomada de decisão. Dissertação de Mestrado. Recife, Universidade Federal de Pernambuco.

BREALEY, Richard A. Princípios de finanças empresariais. Myers, Stewart C. Tradução H. Caldeira Menezes, J.C.Rodrigues da Costa. 3º, Portugal: McGraw-Hill, 1992.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Portal da

Legislação, Brasília, dez. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm>. Acesso em: 25 de setembro de 2021.

COBRE FÁCIL, redação, Empreendendo e Aprendendo, O que é Enquadramento tributário e qual o melhor, 26 de janeiro de 2021, Disponível em: <<https://www.cobrefacil.com.br/blog/enquadramento-tributario>>. Acessado 20 de setembro de 2021.

CONTABILIZEI, O que é Lucro Real? Entenda essa Tributação e como calcular. 22 de julho de 2021. Disponível em: <<https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/lucro-real/>>. Acesso em: 26 de setembro de 2021.

ELDEMBURG E WOLCOTT 2007, p.88. A importância da contabilidade gerencial para a gestão dos negócios. Disponível em:
https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigo_contabilidade_gerencial_0.pdf.
Acesso em: 30 de maio de 2021.

ENDEAVOR, Endeavor Brasil, Devo optar pelo Lucro Presumido para pagar meus impostos? 27 de julho de 2015. Disponível em: <<https://endeavor.org.br/financas/lucro-presumido/>>. Acesso em: 27 de setembro de 2021.

GILTIMAN 1997, p. 588. Planejamento Financeiro. Disponível em:
[file:///C:/Users/G3/Downloads/6507-29054-1-SM%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/G3/Downloads/6507-29054-1-SM%20(2).pdf). Acesso em: 30 de maio de 2021.

GULARTE, Charles. Blog Contabilizei, Simples Nacional: O que é? Guia completo, faturamento, DAS e tabela 2021, 22 de julho de 2021, Disponível em: <<https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/simples-nacional/>>. Acesso em 25 de setembro de 2021.

GITMAN, Lawrence J. Princípios da administração financeira. São Paulo: Habra, 1997.
Hall, M. (2010). Accounting information and managerial work. *Accounting, Organizations and Society*, 35(3), 301–315.

LEITE, Vitor. Blog Nubank, Lucro Real: o que é e como funciona? 12 de outubro de 2019. Disponível em <<https://blog.nubank.com.br/lucro-real/>>. Acesso 26 de setembro de 2021.

Maçãs, EM. (2017). *Manual de Gestão Moderna - Teoria e Prática*. Coimbra: Conjuntura Actual Editora.

Mukhametzyanov, R., & Nugaev, F. (2016). Financial statements as an information base for the analysis and management decisions. *Journal of Economics and Economic Education Research*, 17(2), 47-54.

NETO, Alexandre Assaf; LIMA, Fabiano Guasti. *Curso de Administração financeira*. 4. Ed. Atlas, 2019.

OSAYK, Contabilidade para empresas, Lucro presumido: o que é, vantagens e desvantagens. s/d. Disponível em: <<https://osayk.com.br/lucro-presumido-vantagens-desvantagens/>>. Acesso: 27 de setembro de 2021.

ROSS, Stephen A; WESTERFIELD, Randolph W.; JAFFE, Jeffrey. *Administração Financeira*. 10. Ed. AMGH, 2015.

ROSS, Stephen A., WESTERFIELD, Randolph W., JORDAN, Bradford D., *Princípios de administração financeira*; tradução Antonio Zoratto Sanvicente. – São Paulo: Atlas, 1998.

SOUSA, Angélica Silva; SAMARGO, Guilherme; HILÁRIO, Laís. *A pesquisa Bibliográfica: Princípios e Fundamentos*. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rest/a/zYRKvNGKXjbdHtWhqjxMyZQ/?lang=pt><https://www.scielo.br/j/rest/a/zYRKvNGKXjbdHtWhqjxMyZQ/?lang=pt>. Acesso em: 30 de maio de 2021.

SARAIVA, Alessandra, Valor – Rio, Maioria das empresas no país não dura 10 anos, e 1 de 5 fecha após 1 ano, 22 de outubro de 2020, Disponível em: <<https://www.google.com/amp/s/valor.globo.com/google/amp/brasil/noticia/2020/10/22/maioria-das-empresas-no-pais-nao-dura-10-anos-e-1-de-5-fecha-apos-1-ano.ghml>>. Acesso em 20 de setembro de 2021.

WESTERFIELD, Randolph; ROSS, Stephen. *Fundamentos de Administração financeira*. 9. ed. AMGH, 2013.

WESTON, J. Fred; Brigham, Eugene F. *Fundamentos da administração financeira*. São Paulo: Makron Books, 2000.

HIROSHI, Silvio Nakao; BOTELHO, Marcelo Da Costa; ROBERTO, Carlos De Godoy. *Contabilidade financeira: interpretação e aplicação*. São Paulo: Atlas, 2021.

MEIRELLES, Bruno Saloti. *Contabilidade financeira*. São Paulo: Atlas, 2019.

PADOVEZE, C. L. Sistemas de informações contábeis: fundamentos e análise. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

ELDENBURG, Leslie G.; WOLCOTT, Susan K. Gestão de custos: como medir, monitorar e motivar o desempenho. Tradução: Luís Antônio Fajardo Pontes. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

STAIR, Ralph M.; REYNOLDS, George W. Princípios de sistemas de informação. Tradução: Harue Avritscher. 9ª edição. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

SANT'ANNA, Roberto de O. Contabilidade Gerencial. [Apostila digital]. Disponível em: Acesso em: 28 Jul. 2021.

ATKINSON, Anthony A.; et al. Contabilidade Gerencial. Tradução: André Olímpio Mosselman Du Chenoy. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2000.

Hall, M. (2010). Accounting information and managerial work. *Accounting, Organizations and Society*, 35(3), 301–315.

Contabilidade Gerencial (2010) – Clóvis Luís Padoveze Contabilidade GERENCIAL 7Ed Atlas

NETO, Alexandre Assaf; SILVA, César Augusto Tibúrcio: Administração do Capital De Giro. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ALMEIDA, L. B. et al. Controladoria. In: CATELLI, A. (Coord.). Controladoria: uma Abordagem da gestão econômica – GECON.. São Paulo: Atlas, 2001.

PADOVEZE, Clóvis Luís. Manual de contabilidade básica: contabilidade introdutória e Intermediária: texto e exercícios. 8. Ed., ver. E atual. São Paulo: Atlas, 2012.

Bezerra, DE. (2012). Um estudo sobre a percepção de gestores de médias empresas da região metropolitana de Recife sobre a utilização e importância das informações contábeis no processo de tomada de decisão. Dissertação de Mestrado. Recife, Universidade Federal de Pernambuco.

Maças, EM. (2017). Manual de Gestão Moderna – Teoria e Prática. Coimbra: Conjuntura Actual Editora.

Mukhametzyanov, R., & Nugaev, F. (2016). Financial statements as na information base for the analysis and management decisions. *Journal of Economics and Economic Education Research*, 17(2), 47-54

8. ANEXOS

1 - Como as informações contábeis tem contribuído para o planejamento financeiro de sua Empresa?

2 - O Sr. (a) considera que a contabilidade pode impactar na gestão e planejamento financeiro de uma empresa? Por que?

3 - Na sua visão, como a qualidade da gestão financeira da empresa pode impactar na tomada de decisões?

4 - Sabemos que o controle de gastos é uma ferramenta crucial para ajudar gestores a potencializarem seus negócios. Sendo assim, é preciso ter um conhecimento prévio na hora de executá-los. Quais as ações e métodos utilizados pela empresa para que tenha um resultado positivo?

5 - Sabendo que a parte tributária deve ser levada em conta pelos gestores da empresa. Como é feito o planejamento tributário?